

**EDcl no AgRg nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.717.594 - SC  
(2018/0001951-1)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**EMBARGANTE : ANDERLEI JEFFERSON TOMASEL ALFA**  
**ADVOGADOS : MARCELO GONZAGA E OUTRO(S) - SC019878**  
**FERNANDA MORGÁ CONRADI - SC036131**  
**ALBANI BERGAMINI - SC032973**  
**NADIA MARCELA NIESPONGINSKI - SC049636**  
**EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

**EMENTA**

PROCESSO PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. 1) OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO CONHECIDO. 2) PREQUESTIONAMENTO. DESCABIMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Os embargos de declaração são cabíveis quando houver ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão, a teor do art. 619 do Código de Processo Penal – CPP, e erro material, conforme art. 1022, III, do Código de Processo Civil – CPC.

1.1. No caso em tela, o agravo regimental não foi conhecido, logo não há que se falar em omissão de análise de tese defensiva que necessitava de conhecimento do agravo regimental para ser apreciada.

2. São incabíveis embargos de declaração para que o Superior Tribunal de Justiça – STJ enfrente matéria constitucional, ainda que para fins de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal – STF.

3. Embargos declaratórios rejeitados.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos.

Os Srs. Ministros Felix Fischer, Jorge Mussi, Reynaldo Soares da Fonseca e Ribeiro Dantas votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 26 de março de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

